11 - *Apartheid*

apogeu e crise do regime racista na África do Sul (1948-1994)

Analúcia Danilevicz Pereira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PEREIRA, AD. Apartheid: apogeu e crise do regime racista na África do Sul (1948-1994). In: MACEDO, JR., org. *Desvendando a história da África* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 139-157. ISBN 978-85-386-0383-2. Available from: doi: 10.7476/9788538603832. Also available in ePUB from: http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimento 4.0.

11
APARTHEID: APOGEU E CRISE DO REGIME RACISTA NA ÁFRICA DO SUL (1948-1994)

Analúcia Danilevicz Pereira

A África do Sul apresenta uma das evoluções mais singulares da História Contemporânea. Nessa sociedade, uma espécie de "colonialismo interno" criou um sistema de opressão institucionalizada contra a maioria negra e, em menor medida, mestiça e asiática que foi tolerada pelo Ocidente durante a Guerra Fria. Curiosamente, o fim da bipolaridade seria o ponto culminante da crise do *Apartheid*, abrindo espaço para uma transição negociada, embora extremamente difícil, rumo à democracia.

O governo do African National Congress, encabeçado por Nelson Mandela, acabou com a segregação jurídico-política e reinseriu o país no contexto das Nações. No entanto, a estrutura socioeconômica, com suas formas particulares de marginalização, bem como os interesses internacionais a ela vinculados têm se mostrado muito difícil de alterar. Contudo, é inegável a construção de um novo cenário sociopolítico, com uma multiplicidade de atores e a participação da maioria da população, outrora não-cidadã, mas também a geração de novas contradições. Esse país, que contrasta o convívio da modernidade com o subdesenvolvimento, ainda se encontra em transição em busca de um novo modelo societário.

O Estabelecimento do *Apartheid* e o Desenvolvimento Econômico

Na formulação de seus intelectuais e na exploração dos políticos, a história do *Apartheid* tem início pouco antes de 1948. No en-

tanto, a da segregação antecede essa data em muito, e não são poucos os analistas que localizam suas raízes no século XIX. A ideologia da superioridade branca e da discriminação racial era uma exigência do sistema de exploração agrária a que se dedicavam os *afrikaaners*, pois praticavam uma agricultura atrasada e pouco lucrativa em comparação com a cultura extensiva que a burguesia inglesa desenvolvia nas províncias do Cabo e de Natal. O pragmatismo mercantil dos britânicos considerava a escravidão como um obstáculo à formação de um mercado consumidor, mas não deixava de estabelecer barreiras rígidas para a ascensão social e econômica dos negros.

Ao iniciar a exploração das minas de ouro e diamantes, os grandes capitalistas europeus tiveram que recorrer aos operários brancos com alguma especialização e preparo intelectual. Essas pessoas, na maioria ex-fazendeiros *böers* que haviam perdido todo o seu capital na guerra de 1899-1902 e também europeus atraídos pela corrida do ouro, faziam exigências e reivindicações trabalhistas, pois conheciam o funcionamento do capitalismo industrial britânico. Os ingleses manipularam habilmente essa situação, prometendo vantagens aos trabalhadores brancos desde que se tornassem cúmplices na exploração de mão-de-obra negra.

Com a aprovação da Constituição da União Sul-Africana (federação das províncias do Cabo, Natal, Orange e Transvaal), a população negra foi privada do direito ao voto e à propriedade da terra. A partir de 1910, quando o país tornou-se independente da Coroa britânica, juntamente com a Austrália e o Canadá, várias leis segregacionistas foram implementadas. Entre elas, o Native Labour Act, de 1913, estendeu aos trabalhadores urbanos o sistema de submissão vigente nas fazendas, dividindo a África do Sul em duas partes: 7% do território nacional foram deixados aos negros, os quais representavam 75% da população (bantustões), e 93% das melhores terras foram entregues aos brancos, que correspondiam a 10% da população.

Nas reservas negras, predominava a agricultura de subsistência e, nas demais áreas, a exploração capitalista intensiva da terra.

Nessa lógica, o segundo setor passou a viver à custa do primeiro, que era visto como uma reserva permanente de mão-de-obra. Em 1923, o Native Urban Act limitou drasticamente a possibilidade dos negros se instalarem em cidades consideradas redutos dos brancos. Trabalhadores negros passaram a ser considerados assalariados, e seus movimentos ficaram sujeitos ao controle total através de medidas policiais e proibição de casamentos, entre outros impedimentos. E ainda, o Native Affairs Act coroou o complexo estabelecimento de uma legislação segregacionista, regulando o sistema de exploração do trabalho negro.

Esses nacionalistas, vencedores nas eleições de 1924, juntamente com seus aliados do Partido Trabalhista, representante da burguesia nacional urbana, promoveram o rompimento com a política liberal implementada pelos defensores dos grandes monopólios mineiros e impuseram medidas protecionistas. O objetivo era o de tentar neutralizar a evasão dos lucros das companhias mineiras sediadas no exterior e utilizar os recursos da agricultura branca para iniciar um processo de industrialização interna, capaz de satisfazer os interesses dos trabalhadores de origem européia.

O surgimento de um capitalismo de Estado promovido pelos nacionalistas permitiu ao país um rápido crescimento. Foram criadas siderurgias, estradas de ferro e centrais elétricas, em um momento, classificado por muitos como "milagre econômico". Entretanto, ao final da década de 1920, uma nova crise foi anunciada com a queda do preço do ouro no mercado internacional, colocando em risco também a aliança entre nacionalistas e trabalhistas. A direita nacionalista, para sobreviver no poder, abandonou a aliança com o Partido Trabalhista e apoiou-se no, outrora rechaçado, capital estrangeiro. Nessa direção, os *afrikaaners* continuavam controlando o poder e mantinham o sistema de segregação racial. A reconciliação com a elite pró-britânica, embora permitisse a ampliação dos lucros "estrangeiros", garantiu a organização interna em relação ao sistema segregacionista. Todavia, o novo surto industrial, que resultou no aumento do nú-

mero de negros empregados no setor, reabriu o debate entre nacionalistas[1] e pró-britânicos.

De qualquer forma, foi a partir de 1948 que, efetivamente, o *Apartheid* foi implantado, e a fusão estabelecida em 1934 pelo Partido Unido – reunindo o Partido Nacional e o Partido Sul-Africano (o qual conta com o apoio da população de origem inglesa e de uma parcela menos significativa dos *afrikaaners*) – chegou a seu fim. Com os nacionalistas novamente no poder de forma "independente", a União Sul-Africana entrou em uma fase muito mais complexa, quando foram produzidas mudanças políticas, econômicas e sociais que forjaram um país, de certa forma, na "contramão da História". O que caracterizou o novo período foi a dissociação entre poder político e poder econômico; a população de origem inglesa manteve o poder econômico, enquanto os *afrikaaners* passaram a deter o poder político. Assim, a institucionalização do *Apartheid* tornou-se um dos pilares do novo surto de desenvolvimento.

A percepção do novo governo em relação à política externa do país, diante da sua posição geoestratégica e da extensão da Guerra Fria para cenários secundários, foi a de identificar-se como um "país europeu estabelecido na África". É preciso levar em conta que a elite branca mantinha vínculos tradicionais com a Europa Ocidental e, posteriormente, com os Estados Unidos. Geograficamente, o país encontra-se na confluência de rotas marítimas e possui, em seu subsolo, riquezas minerais importantes para o desenvolvimento econômico moderno que o Ocidente necessitava e que fazia da União um bastião do chamado "mundo livre".

A União Sul-Africana explorou essa circunstância com propósitos de ordem política, econômica e de segurança. Internamente,

[1] Ao discurso nacionalista *afrikaaner* somaram-se elementos fascistas manifestos, por exemplo, na sociedade secreta Afrikaaner Bond (Irmandade *Afrikaaner*). A recessão no pós-Segunda Guerra Mundial repetiu o fenômeno, quando os brancos pobres, ameaçados pelo desemprego, elevaram seu racismo com o slogan "Gevaar Kaffer, Koelie, Komunismus" (Cuidado com os negros, com os índios e com o comunismo).

os nacionalistas tinham como objetivo a conquista total do poder, com a consolidação da independência do país e a substituição da anglofilia predominante por uma cultura que promovesse os valores *afrikaaners*. No plano econômico, esforçaram-se em promover e introduzir o capital *afrikaaner* no coração da economia – o setor de mineração – ainda reduto do capital de origem inglesa e dos investidores externos. O Estado passou a ter expressiva participação na economia, permitindo a expansão da indústria de substituição de importações nos setores siderúrgico, químico, de minerais processados, energético e, mais tarde, de armamentos.

A Intensificação do *Apartheid*: a Reestruturação dos Bantustões

Apesar da condenação de muitos países ao regime racista sul-africano junto à ONU, com a ascensão de Hendrik Frensch Verwoerd ao cargo de Primeiro-Ministro (1958-1966), articulador da teoria do desenvolvimento separado, o *Apartheid* ganhou novas características. Em 1959, ao propor a Lei de Promoção do Autogoverno Banto, Verwoerd leva o *Apartheid* às últimas conseqüências lógicas. O objetivo era o de transformar as antigas reservas negras, organizadas por tribos e de acordo com as tradições de chefia, em Autoridades Territoriais, os chamados bantustões.[2]

Trata-se do estabelecimento de autogoverno (autonomia administrativa), sob a égide de Pretória, portanto, sem possibilidade de autonomia política. Ao argumentar em torno do projeto de lei no Parlamento, o Primeiro-Ministro defendeu a constituição de uma comunidade de nações (uma branca e oito bantos), às quais se juntariam os protetorados britânicos, cuja independência também passou a defender.

[2] O termo *bantustão* nunca foi oficial e era geralmente cunhado pelos inimigos do regime para ridicularizá-lo. Banto é o nome de um grande grupo de povos africanos e *stão* é uma terminação de origem persa que designa território determinado de um povo.

Com o objetivo de esvaziar as pressões por um governo de maioria na União Sul-Africana, os bantustões foram uma espécie de "evolução" do *Apartheid*. Condenado pela ONU em 1971, o sistema foi acusado de "dividir os africanos, confrontando uma tribo com outra, enfraquecer a frente africana na sua luta pelos justos e inalienáveis direitos e consolidar e perpetuar o domínio por parte da minoria branca" (Pereira, 1986, p. 36). Quatro bantustões tornaram-se independentes e os demais optaram apenas por autonomia. Esses "Estados independentes" organizaram-se politicamente de acordo com uma constituição concebida pelo governo sul-africano e que, posteriormente, foi aprovada pela República nascente. Na verdade, esses pseudo-Estados de base tribal foram criados pelo regime para manter os negros fora dos bairros e das terras brancas, mas sistematicamente perto delas para servirem de mão-de-obra barata.

O conceito em torno dos bantustões corresponde aos primeiros anos do *Apartheid*, mas só nos anos 1970 a "independência" foi concedida pelo governo sul-africano e a organização das regiões redimensionada. O bantustão Bophuthatswana abrigava o grupo étnico Tswana. Com uma área de 40.000 km², estava distribuído em sete enclaves separados nas antigas províncias do Transvaal, Cabo e Estado Livre de Orange. Em 1971, o governo concedeu autodeterminação, e em 5 de dezembro de 1977 a independência, ficando seus habitantes privados da nacionalidade sul-africana. Em Transkei, reunia-se o grupo étnico Xhosa. Localizado a nordeste da província do Cabo, com um pequeno enclave no KwaZulu-Natal, esse bantustão tornou-se independente em 26 de outubro de 1976. Essa era a região de origem de Nelson Mandela, mas tornou-se famosa pelo seu líder, Kaiser Matanzima.

Outro bantustão que reuniu a etnia Xhosa foi o de Ciskei. Independente em 4 de dezembro de 1981, possuía uma área de 7.700 km² em duas áreas separadas – uma na parte oriental da antiga província do Cabo e uma pequena porção de costa no Oceano Índico. Em 1961, esse território passou a ser uma região administrativa separada e, em 1972, o governo sul-africano concedeu-lhe autodeterminação. Em 13

de setembro de 1979, Venda tornou-se independente. Localizado a nordeste da antiga província do Transvaal, atual província de Limpopo, esse bantustão que abrigava o grupo étnico Venda recebeu autodeterminação em 1973 e posterior independência.

Os bantustões Gazankulu, Kangwane, Kwandebele, KwaZulu, Lebowa e QwaQwa nunca se tornaram independentes. Gazankulu, de etnia tsonga, localizava-se a nordeste da antiga província do Transvaal. Em 1971, o governo sul-africano concedeu-lhe autodeterminação. KaNgwane, também localizado a nordeste da antiga província do Transvaal, atual província de Mpumalanga, reunia o grupo étnico Swazi. Em 1981, o governo atribuiu-lhe autodeterminação com o objetivo de formar uma zona-tampão contra a infiltração de guerrilheiros do ANC. Ainda em 1981, foi criado *Kwandebele*, de etnia *ndebele*, na atual província de Mpumalanga. Criado na antiga província do Natal, atual KwaZulu-Natal, o Kwazulu tem suas raízes na reserva para nativos zulus, estabelecida pelos britânicos na colônia do Natal, ainda no século XIX.

Mais tarde, o governo do Partido Nacional organizou territórios separados para brancos, negros e mestiços. Em 1959, foram nomeadas autoridades tribais e regionais para o Kwazulu e, em 1972, o bantustão recebeu autonomia, com a autoridade territorial transformada em uma "assembléia legislativa", sendo Mangosuthu Buthelezi, antigo chefe tribal, nomeado ministro-chefe. Esse território era relativamente extenso (ocupando cerca da metade da então província de Natal), mas formado por um grande número de entidades separadas, incluindo uma na costa, junto à fronteira com Moçambique. Os zulus são em cerca de 7 milhões, a maioria vivendo no Kwazulu-Natal. Por fim, Lebowa, localizado a nordeste da antiga província do Transvaal, atualmente nas províncias de Mpumalanga e Limpopo, e QwaQwa, localizado na província do Estado Livre, junto a Lesotho, reuniam os grupos étnicos Sotho do Norte ou Pedi e Sotho do Sul, respectivamente.

Diante de um intenso movimento de descolonização, o governo sul-africano encontrou na particularidade de um "colonialismo interno" a solução para a consolidação de um longo processo de for-

mação e desenvolvimento do sistema capitalista local. Por outro lado, na solução neocolonial clássica, "o Estado colonizador se retira do território até então colonizado e a administração do novo Estado passa, no caso, a ser assumida por uma nova e dominante elite local, mantendo, porém, o antigo Estado e classe colonizadora suas anteriores e estratégicas posições econômicas" (Pereira, 1986, p. 32).

No caso sul-africano, sabe-se, a classe ou nação colonizadora não pode retirar-se a um Estado de origem, e essa especificidade não impediu que fosse encontrada uma saída igualmente particular e original para o neocolonialismo. O fracionamento da população negra produziu um formidável contingente de mão-de-obra disponível e barata, com que a indústria e a agricultura das áreas brancas se abasteciam livremente. E ainda, com o desenvolvimento desses bantustões e dos Estados independentes, surgiu uma classe negra dirigente que, embora dependente, assumiu as responsabilidades administrativas e parte das atividades econômicas, particularmente comerciais. Essa nova classe, integrada por africanos, chamada a cooperar nesse esforço de racionalização das formas tradicionais de dominação econômica, social e racial, beneficiou-se da proposta neocolonial e aderiu, com sua enorme carga de contradições, aos propósitos de minar o processo e as lutas de libertação nacional. Essa pequena elite, beneficiada à margem do *Apartheid*, tentou cumprir seu papel de reduzir os anseios em torno da libertação nacional e restringi-los a reivindicações locais baseadas em um fracionado nacionalismo tribal.

A Luta Antiapartheid

A estruturação do sistema do *Apartheid* foi acompanhada pela luta anti-racista. Em 1912, foi fundado o African National Congress (ANC), primeira organização política dos negros sul-africanos. Seus criadores, egressos das escolas mantidas por missionários europeus, muitos deles com estudos e títulos obtidos em universidades americanas e européias, estabeleceram um programa inicialmente conciliador. Os primeiros líderes do ANC acreditavam que poderiam dis-

cutir com os *afrikaaners* o conteúdo injusto das leis de segregação racial e pensavam também convencer os liberais britânicos a admitir a co-participação dos negros nas questões políticas. Logo, a perspectiva inicialmente perseguida pelos líderes do ANC seria posta à prova diante da greve de 40 mil mineiros negros em 1920.[3]

Na década de 1940, o ANC adotou uma estratégia de resistência não-violenta em relação às leis segregacionistas e, em 1955, conseguiu ampliar a frente anti-racista através da chamada Freedom Charter (Carta da Liberdade), subscrita também pelos movimentos de indianos, de mulatos, de liberais e de socialistas. A Carta apresentava uma denúncia radical do *Apartheid* e discutia sua abolição, bem como defendia a redistribuição da riqueza. Durante a Segunda Guerra Mundial, foram intensas as atividades de mobilização social, quando se verificaram mais de 300 greves envolvendo 58.000 trabalhadores negros e 60.000 brancos, representando uma alteração do sistema político imposto pelos *afrikaaners*.

Essas greves provocaram o surgimento, dentro do ANC, de um setor mais radical liderado por Nelson Mandela e Oliver Tambo, os quais assumiram, lentamente, posições de comando dentro da organização. Em 1958, setores do ANC que discordavam da política multirracial do movimento criaram o Pan-Africanist Congress (PAC), o qual, em 1960, convocou uma manifestação na cidade de Sharpeville para protestar contra a lei que limitava o movimento dos trabalhadores negros em áreas reservadas aos trabalhadores brancos. A repressão foi intensa e, em seguida, PAC, ANC e Partido Comunista foram postos na ilegalidade.

A luta anti-racista, que originalmente propunha-se conciliadora, sofreu uma mudança radical após esses episódios. O ANC formou um braço armado, o mK (Umkhonto we Sizwe), e o PAC organizou

[3] Em torno de 1920 foi fundado o Sindicato de Comércio e Indústria (ICU), que reunia os trabalhadores negros e, em 1921, foi fundado o Partido Comunista Sul-Africano, em sua maioria, integrado por brancos.

o *Poqo*, quando, em 1963, Nelson Mandela foi preso e condenado à prisão perpétua, enquanto Oliver Tambo foi compelido a assumir o comando do movimento no exílio. A repressão governamental e a falta de apoio dos países vizinhos – dominados por regimes aliados dos *afrikaaners* – impediram a ampliação da guerrilha e o recrutamento das grandes massas. A vitalidade do sistema do *Apartheid* se deveu, em boa medida, ao interesse do capital internacional em investir na região, atraído pelo grande mercado de mão-de-obra barata. As inversões estrangeiras, especialmente as norte-americanas, quintuplicaram seu valor entre 1957 e 1958.

A política protecionista dos *afrikaaners* criou a infra-estrutura necessária para o estabelecimento de grandes indústrias, culminando com o desenvolvimento de um pólo industrial capaz de abastecer toda a África Austral. Acompanhando esse processo, deve-se destacar o gradativo aumento de trabalhadores rurais negros que chegavam às cidades. A miséria dos bantustões e a ausência de serviços e assistência de todo o tipo provocaram o êxodo massivo que afetaria significativamente o interesse de outros grupos sociais, como os mulatos, que pretendiam se integrar à economia branca. Em 1976, outro episódio de contestação resultou no massacre de 600 manifestantes negros em Soweto (South West Township), no subúrbio de Johannesburgo. Os acontecimentos de Soweto colocaram o problema da condição dos negros diante dos olhos da minoria branca – a crise havia chegado às suas cidades.

A Crise Econômica e o Esvaziamento do *Apartheid*

A política econômica adotada pelo Partido Nacional, a industrialização por substituição de importações (sustentada pelo excedente da exploração do ouro) fizeram da África do Sul um dos dez países mais ricos do mundo, segundo o Fundo Monetário Internacional. Foram criadas tarifas protecionistas na tentativa de desenvolver um

setor industrial local e, quando as sanções internacionais começaram a causar problemas, o governo sul-africano buscou alcançar a auto-suficiência no maior número de áreas possível. Como resultado desse esforço, a indústria tornou-se o setor mais importante da economia sul-africana nos anos 1960, e sua contribuição para o PIB era maior que o da mineração e da agricultura juntas.

Todavia, o setor industrial orientava-se em direção ao segmento do mercado interno de maior renda, e para a produção de bens "estratégicos", tais como armas e combustíveis (Davies, 1996, p. 564). Embora o objetivo do programa dos nacionalistas fosse o de atingir os níveis máximos de auto-suficiência, o setor industrial continuava altamente dependente da importação de bens de capital, financiados pela moeda estrangeira obtida com a exportação de produtos primários. Dessa forma, mesmo diante do isolamento político, a economia sul-africana nunca esteve completamente desligada do resto do mundo. A participação no comércio internacional era a origem de pelo menos 50% do PIB durante todo esse período (Butler, 2004, p. 152).

Os últimos anos do sistema do *Apartheid* viram esse modelo de acumulação afundar-se em uma crise cada vez mais grave, fortemente vinculada à crise social e política do próprio *Apartheid*. Vários foram os elementos do complexo esvaziamento do sistema, mas, sem dúvida, o isolamento econômico do período Botha foi o mais importante.

Após o surto de expansão dos anos 1960, a economia sul-africana ingressou em uma crise estrutural entre os anos 1970 e 1980. O crescimento do PIB caiu para uma média de 3,3% e, além disso, ele se tornou volátil. A taxa de crescimento da demanda interna declinou de 6,9% para 3,6% ao ano nesse período. Todos os componentes da demanda, tais como consumo público, privado e investimentos, apresentaram uma rápida desaceleração. A contribuição do comércio internacional para o crescimento tornou-se negativa, com as importações crescendo mais rapidamente que as exportações, o que veio a se constituir no principal fator dos problemas de balança de pagamentos (Le Pere *apud* Gelb, 1991, p. 25).

O aumento dos preços do petróleo causado pela crise de 1973 não afetou significativamente a África do Sul. O impacto negativo dessa crise foi compensado pelo aumento dos preços dos produtos primários para a exportação. Esse aumento afetou principalmente o preço do ouro, que subiu de forma rápida a partir de 1973, quando o padrão-ouro foi definitivamente abandonado. Por outro lado, o desempenho das exportações de produtos industrializados deteriorou-se, fato que muitos analistas atribuem à falta de competitividade dos produtos sul-africanos.

Após o Levante de Soweto, em 1976, houve também um declínio nos índices de investimentos. Segundo Garth L. Le Pere (2006, p. 282), a queda dos investimentos privados pode ser explicada em relação a três fatores interligados: a perda de confiança dos setores privados na evolução da economia no contexto de um ambiente político profundamente convulsionado e instável; as limitações impostas pelas perspectivas cada vez mais sombrias para os investimentos em produtos substitutivos; e, por fim, a inexistência de saídas exportadoras satisfatórias. As empresas públicas enfrentaram situação semelhante. O aumento do custo do crédito, de 1980 em diante, associado ao aumento das taxas de juros internacionais e, posteriormente, às políticas deflacionárias implementadas após 1985, a fim de garantir o equilíbrio da balança de pagamentos, agravaram ainda mais o problema. E ainda, as crescentes dificuldades orçamentárias, principalmente pelo aumento dos gastos com segurança, completam o quadro de crise econômica.

Dessa forma, durante a década de 1980, três acontecimentos provocaram a recessão da economia, anunciando o fim do *Apartheid*. Em primeiro lugar, a queda dos preços do ouro, que começou em 1981, reduziu as receitas cambiais e prejudicou a lucratividade das minas de ouro. O preço do ouro declinou de maneira constante entre 1981 e 1985. Essa queda, que afetou também outras matérias-primas, levou a um declínio das exportações e a uma desvalorização do *rand* sul-africano, ao mesmo tempo em que causava também reduções drásticas nos ingressos orçamentários.

Em segundo lugar, na medida em que a queda dos preços das matérias-primas provocava impactos graves nas receitas fiscais, as despesas orçamentárias necessárias para manter em funcionamento a máquina do *Apartheid*[4] e assegurar a sobrevivência do regime tornavam-se exorbitantes. Agravando ainda mais esse quadro, o isolamento cada vez maior do país, não apenas em nível internacional, mas fundamentalmente em termos regionais após a independência de Angola, de Moçambique e do Zimbábue, além das despesas militares e das despesas com a manutenção do aparato estatal de segurança, tornaria o sistema insustentável.

Por fim, devem-se considerar as sanções financeiras impostas à África do Sul. A crise da dívida de 1985, como destacado anteriormente, levou a uma retirada de crédito generalizada. Pouco depois, o país foi obrigado a declarar moratória de seu serviço de dívida. Em 1989, a recessão estava instalada, só vindo a ter fim em 1993.

O alto custo em manter o isolamento econômico em um mundo que se globalizava levou a África do Sul a mudar de rumo. No final dos anos 1980, o regime do *Apartheid* havia transformado o país em um campo de batalha – envolvido em uma guerra convencional em Angola e em processos menos evidentes de desestabilização em vários outros países, sem falar na instabilidade interna –, não conseguindo, portanto, cumprir com seus objetivos iniciais. O apoio dos tradicionais parceiros econômicos não resistiu diante da crise, e as condenações ao regime se intensificaram.

As investidas regionais sul-africanas não intimidaram os Estados vizinhos, tampouco conseguiram forçá-los à submissão que bloquearia a luta pela liberdade, ainda que as tentativas de desestabilização tivessem deixado um rastro de destruição econômica e de insegurança humana. Internamente, a resistência tendeu a fortalecer-se

[4] Os custos políticos do *Apartheid* ligavam-se também à tarefa de deslocar milhões de pessoas negras para as terras natais de sua etnia e aos investimentos em construção correspondentes, bem como às medidas fiscais destinadas a atrair investimentos para criar empregos e fixar essas populações nessas terras.

diante da radicalização da crise econômica e política. A desigualdade socioeconômica de inspiração racial entre os diferentes grupos da África do Sul, bem como o enorme contingente de refugiados tornaram-se problemas que o país e a região teriam que solucionar.

A crise econômica afetou profundamente a imagem de "credibilidade" do governo sul-africano. A partir de meados dos anos 1980, cresceu o número de países que passaram a acatar a proposta de sanções econômicas (entre eles, nove dos dez integrantes da CEE e os Estados Unidos). Entre 1984 e 1988, embora o governo procurasse aparentar, em particular aos investidores e clientes da África do Sul, que a opressão racial estava terminando, a elite *afrikaaner* abandonou a visão reformista para resgatar uma política tradicional, decretando medidas de exceção em todo o país, e retomando a violência interna como meta principal.

Apesar das ações repressivas, novas frentes de oposição foram criadas, como a United Democratic Front (UDF), a Azanian People's Organization (Azapo) e o Congress of South African Trade Union (Cosatu). Em abril de 1985, foram revogadas as leis que proibiam casamento e relações sexuais entre pessoas de diferentes raças. No mês seguinte, caiu a proibição de pessoas de raças diferentes pertencerem ao mesmo partido. Em abril de 1986, o governo promulgou leis que eliminavam restrições ao movimento, residência e emprego de negros em áreas brancas. Em julho de 1986, as leis de passaporte foram revogadas, criando-se um mesmo documento de identidade para todos os cidadãos sul-africanos.

Apesar das aparências, Botha não estava acabando com o regime, mas, sim, alterando suas formas – concessões políticas aos *colored* e hindus e concessões econômicas aos negros deveriam dar um novo fôlego ao monopólio branco de poder. Na realidade, nos últimos anos do *Apartheid*, já era visível a rápida incorporação dos negros à economia industrial. Segundo Paul Singer (2000), em 1960 os africanos constituíam 23% dos profissionais e técnicos, 9% dos gerentes e administradores, 6% dos empregados de escritórios e 18% do pessoal de vendas.

Já em 1980, essas percentagens eram de 31%, 4%, 25% e 40%, respectivamente. Exceto os cargos de gerentes e administradores, a participação africana nas ocupações mais qualificadas aumentou substancialmente, o que refletiu na distribuição de renda.

A estratégia do governo Botha falhou – a nascente classe média negra, em sua grande maioria, rejeitou o esquema de cooptação, bem como os demais grupos étnicos. A UDF ampliou-se a tal ponto que chegou a agregar 700 organizações, representando 2.000.000 de pessoas. Logo, as palavras de ordem dos anos 1950 e 1960 foram retomadas, apoiadas pelo sindicalismo africano em ascensão. Esse movimento retomou a Carta da Liberdade de 1955 e, inevitavelmente, trouxe de volta o ANC ao centro da arena, apesar das restrições legais.

Os setores negros em ascensão não aceitaram o novo lugar subordinado que as reformas de Botha passaram a lhes oferecer, e aqueles que aceitaram os papéis de "governantes" tornaram-se alvo da revolta que a massa dos cortiços e das favelas promoveu. Essa situação decorreu do decreto governamental que estabelecia que os distritos negros deveriam se autogovernar mediante a eleição de conselhos. A não-aceitação desse processo e o baixo índice de eleitores que compareciam às urnas permitiram que esses vereadores trabalhassem em causa própria, o que conduziu a um notável esquema de corrupção.

Em torno de 1984, as novas municipalidades representavam focos de profunda tensão social. Os enfrentamentos entre manifestantes e a polícia passaram a ser uma constante. O que ocorreu na África do Sul entre 1984 e 1987 pode ser comparado aos episódios de Sharpeville, em 1960, e Soweto, em 1976. No entanto, a extensão e a duração dos enfrentamentos tenderam a crescer e se intensificar, e o efeito político foi decisivo diante da crise do *Apartheid*.

As reformas de Botha, se, por um lado, tinham como objetivo reorganizar o regime internamente, por outro, buscavam melhorar a imagem externa do país perante as principais potências capitalistas – Estados Unidos, de Reagan, Grã-Bretanha, de Thatcher, e Alemanha, de Kohl. Os governos conservadores desses países eram sensíveis aos

esforços do governo sul-africano no sentido de descaracterizar o regime nas suas facetas mais condenáveis. A convergência de interesses entre esses países e a África do Sul, principalmente os de caráter estratégico, pode ser diagnosticada na posição de Thatcher ao sugerir à comunidade internacional que diminuísse algumas das medidas restritivas como forma de encorajar a África do Sul a continuar suas reformas (Fieldhouse, 2005, p. 445). À crise do regime, paralelamente às contradições sociais internas e às pressões regionais e internacionais, agregou-se outro componente crucial – as cisões no seio do Partido Nacional.

As concessões feitas aos grupos não-brancos foram rejeitadas pela ala mais radical do Partido Nacional, que acabou rompendo com o mesmo e fundando o Partido Conservador, enquanto outro grupo estava convencido de que seria necessário estabelecer um diálogo com a maioria da população do país, ainda que as suas demandas exigissem novas considerações. O Partido Nacional, portanto, dividiu-se em duas correntes que, em verdade, permearam a opinião do próprio *afrikanerdom* (comunidade *afrikaaner*).

No final da década de 1980, a mudança processada no cenário internacional refletiu significativamente sobre a política interna e externa da África do Sul. Diante de um novo jogo de forças que se constituía, as sanções econômicas se intensificaram, e as críticas morais em defesa dos direitos humanos tornaram-se bandeiras em todas as partes do mundo. O boicote global à África do Sul produziu fortes constrangimentos econômicos internos e refletiu de forma significativa sobre a política regional. As mudanças mais visíveis na política regional foram as negociações bem-sucedidas em torno da independência da Namíbia e da retirada das tropas cubanas de Angola.

Na verdade, diante do enfraquecimento militar, da nova *détente* entre as duas superpotências e da necessidade de apresentar uma postura diferenciada para a comunidade internacional no intuito de evitar sanções mais duras, a África do Sul optou por trocar a independência da Namíbia pela retirada das tropas cubanas de Angola. Através de um

grande esforço diplomático, os sul-africanos buscaram resolver os conflitos regionais sem serem desmoralizados. Para tanto, tiveram que permitir que os cubanos celebrassem seu engajamento militar como fator decisivo na derrota do regime do *Apartheid* em Angola.

Considerações Finais: a Recomposição das Forças Políticas e a Transição Democrática

As condições objetivas para uma mudança significativa na postura do Partido Nacional estavam postas. A situação econômica e o esgotamento das estratégias políticas militarizadas não davam mais suporte à manutenção do regime. Botha colocava-se como um obstáculo a um avanço qualitativo nas negociações com as lideranças do ANC. Diante da fragilidade de sua saúde e dos apelos de seus próprios ministros, o presidente apresentou sua renúncia, cedendo o lugar ao então presidente do Partido Nacional e ministro da Educação, Frederik W. De Klerk, em agosto de 1989. Nas eleições que se seguiram, o Partido Nacional fez uma campanha bastante conservadora, sem indicar qualquer possibilidade de mudança. No entanto, o próprio De Klerk justificou que essa posição foi tomada em função do temor em perder os votos dos conservadores. Embora alguns observadores identifiquem o ponto de virada da política sul-africana com a gestão De Klerk, o início dessas mudanças ligeiramente antecede sua posse.

De qualquer forma, a abertura de uma nova fase foi marcada pelo memorável discurso no Parlamento, em 2 de fevereiro de 1990, no qual o presidente De Klerk anunciou a legalização de todos os partidos banidos – o ANC, a Umkhonto we Sizwe, o PAC, a UDF e o Partido Comunista Sul-Africano –, a libertação de Nelson Mandela e de centenas de outros prisioneiros políticos. Afirmou também sua prontidão em negociar com todos os "novos" atores uma Constituição nacional e a revogação de medidas repressivas que restringiam a liberdade de impren-

sa e os direitos dos presos políticos. Em menos de dois anos, a liderança de De Klerk permitiu que fosse suspenso o Estado de exceção em todo o país; libertada a grande maioria dos presos políticos; legalizadas as oposições extraparlamentares; promovida a repatriação dos exilados; promulgada a revogação do Reservation of Separate Amenities Acts do Group Areas Act, dos Land Acts e do Population Registration Act e abolidos os estatutos dos bantustões. Essas medidas possibilitaram um jogo cooperativo entre o governo e as forças de oposição.

Diante da nova conjuntura, Pretória encaminhou um processo de distensão, tanto no plano interno como externo. No plano externo, dentro da nova postura que desenhava uma estratégia cooperativa, a administração De Klerk obteve a recuperação da credibilidade internacional do governo e a recomposição das relações externas do país. No entanto, no âmbito interno, as negociações não foram tão simples. Em dezembro de 1991, realizou-se a importante Convention for a Democratic South Africa (CODESA) no World Trade Center, perto de Johannesburgo. A Convenção teve continuidade como a CODESA II, e subseqüentemente como um Conselho de Negociação (Negotiating Council). Mais de 200 delegados de 19 partidos políticos participaram das discussões, exceto alguns partidos direitistas e o Inkatha Freedom Party (IFP). Como centro do debate, uma nova constituição foi acordada: a lei da maioria se tornou um fato.

No início de 1992, o Partido Nacional sofreu uma dura derrota nas eleições em Potchefstroom. Desse modo, De Klerk decidiu chamar um referendo para estabelecer se os sul-africanos brancos queriam continuar na rota das negociações. O referendo realizou-se em 17 de março de 1992. No mês de junho, houve o então chamado "Boipatong massacre", quando Armed I.F.P Supporters atacaram a região. Mais de 40 pessoas foram mortas. Em agosto, houve uma greve em peso e, em setembro, milhares de apoiadores do ANC marcharam para Bisho, na então terra dos negros Ciskei. Soldados indisciplinados abriram fogo quando a marcha saiu do controle. Quase 30 pessoas foram mortas. Em abril de 1993, houve um

evento com potencial de inflamar o país. Chris Hani, o respeitadíssimo secretário-geral do Partido Comunista e um membro da milícia mK foram assassinados perto de Johannesburgo. Os assassinos logo foram presos, e Mandela, habilmente, usou o fato de que tinha sido uma mulher *afrikaanner*, Retha Harmse, que denunciara o crime à polícia. Em junho de 1993, foi decidido que as eleições ocorreriam em 27 de abril de 1994, terminando com o domínio da minoria branca. O IFP ainda boicotava as negociações, mas os outros partidos partiram para a campanha. Em setembro, os partidos concordaram que um Transitional Executive Council iria ser formado para pavimentar o caminho em direção às eleições.

Referências

BUTLER, Anthony. *Contemporary South Africa*. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

DAVIES, Robert. *Promoting regional integration in Southern Africa*: an analysis of prospects and problems from a Southern African perspective. *African Security Review* (Johannesburg) nº 5, 1996.

FIELDHOUSE, Roger. *Anti-Apartheid*: a history of the movement in Britain. London: The Merlin Press, 2005.

LE PERE, Garth L. *A África do Sul pós-apartheid*: do isolamento econômico à transformação social. *In*: VILLARES, Fábio (Org.). *Índia, Brasil e África do Sul*: perspectivas e alianças. São Paulo: UNESP/IEEI, 2006.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. "África do Sul e Brasil: dois caminhos para a transição ao pós-Guerra Fria" (Tese de Doutorado). Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, 2007.

PEREIRA, Francisco José. *Apartheid*: o horror branco na África do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SINGER, Paul Israel. *A política econômica externa da África do Sul*. *In*: Samuel GUIMARÃES (Org.). *África do Sul*: visões brasileiras. Brasília: IPRI/FUNAG, 2000.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luis Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *Breve História da África*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.